

RS Holding e Participações S.A.

**Demonstrações Financeiras Referentes aos
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e
2019 e Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

São Paulo, 31 de Março de 2021.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e Administradores da RS Holding e Participações S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da RS Holding e Participações S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da RS Holding e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Determinamos que não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Outros assuntos

Valores correspondentes do exercício anterior

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos os valores correspondentes de 31 de dezembro de 2019 referentes ao balanço patrimonial e das demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

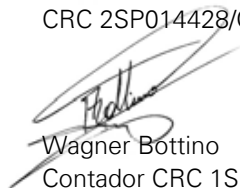
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6



Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

RS Holding e Participações S.A.

Balancos Patrimoniais

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
			(Não auditado)				(Não auditado)
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	71	10	Debêntures	10	57.935	-
Aplicações financeiras	6	42.735	-	Impostos e contribuições a recolher		4.350	-
Tributos a recuperar	7	7.127	-				
				Total do passivo circulante		62.285	-
Total do ativo circulante		49.933	10				
				Não circulante			
				Debêntures	10	577.526	-
				Impostos diferidos	8b	4.137	-
				Total do passivo não circulante		581.663	-
Não circulante							
Realizável a longo prazo				Patrimônio líquido			
Aplicações financeiras - conta reserva	6	12.371	-	Capital social	11a	585.899	10
				Reserva de lucros	11c	37.491	-
				Dividendo adicional proposto	11d	2.184	-
				Total do patrimônio líquido		625.574	10
Total do ativo não circulante		1.219.589	-				
				Total do passivo e patrimônio líquido		1.269.522	10
Total do ativo		1.269.522	10				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RS Holding e Participações S.A.

Demonstrações do resultado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019 (Não auditado)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Serviços		(4)	-
Impostos, Taxas e Despesas com Cartório		(12)	-
Despesas legais e judiciais		(19)	-
Outros		(1)	-
		<u>(36)</u>	<u>-</u>
Resultado de equivalência patrimonial	9	122.166	-
Resultado antes do resultado financeiro		122.130	-
Resultado financeiro	12	<u>(22.110)</u>	<u>-</u>
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		100.020	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8b	<u>(4.137)</u>	<u>-</u>
Lucro líquido do exercício		<u>95.883</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RS Holding e Participações S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u> (Não auditado)
Lucro líquido do exercício	95.883	-
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>95.883</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RS Holding e Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas de lucros</u>		<u>Dividendo adicional proposto</u>	<u>Lucros Acumulados</u>	<u>Total</u>
	<u>Subscrito</u>	<u>Legal</u>	<u>Retenção de Lucros</u>			
Aumento de capital social em 31 de dezembro de 2019	10	-	-	-	-	10
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10</u>
Aumento de capital em 29 de junho de 2020	585.889	-	-	-	-	585.889
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	95.883	95.883
Destinações:						
Reserva legal	-	4.794	-	-	(4.794)	-
Distribuição de dividendos intermediários em 26 de outubro de 2020	-	-	-	-	(43.357)	(43.357)
Juros sobre capital próprio em 18 de dezembro de 2020 (líquido)	-	-	-	-	(10.923)	(10.923)
Juros sobre capital próprio em 18 de dezembro de 2020 (IRRF)	-	-	-	-	(1.928)	(1.928)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	2.184	(2.184)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	32.697	-	(32.697)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>585.899</u>	<u>4.794</u>	<u>32.697</u>	<u>2.184</u>	<u>-</u>	<u>625.574</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RS Holding e Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u> (Não auditado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	95.883	-
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.137	-
Juros e variação monetária sobre debêntures	18.086	-
Equivalência patrimonial	<u>(122.166)</u>	<u>-</u>
	(4.060)	-
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Tributos a recuperar	(7.127)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio recebido	147.883	-
Aumento (redução) dos passivos		
Impostos e contribuições a recolher	<u>4.350</u>	<u>-</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>141.046</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras líquidas de resgate	<u>(42.735)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(42.735)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Resgates / aplicações (conta reserva)	(12.371)	-
Empréstimos		
Pagamento de principal	(56.000)	-
Pagamento de juros	(13.230)	-
Dividendos pagos	(56.208)	-
Integralização de capital	<u>39.559</u>	<u>10</u>
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento	<u>(98.250)</u>	<u>10</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>61</u>	<u>10</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	10	-
No final do exercício	<u>71</u>	<u>10</u>
	<u>61</u>	<u>10</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia RS Holding e Participações S.A (“Companhia”) foi constituída em 26 de novembro de 2019, como uma sociedade por ações de capital fechado, tendo como objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista, domiciliada na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar, sala 1, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia é acionista direta com participação 100% da seguinte empresa:

CCR ViaSul (ViaSul): Em 21 de novembro de 2018, foi constituída a Concessionária das Rodovias Integradas do Sul (ViaSul), a qual é responsável pela operação e manutenção de 473,4 km de rodovias federais no estado do Rio Grande do Sul a partir de 11 de janeiro de 2019, data de assinatura do contrato de concessão. O prazo de concessão vai até 14 de fevereiro de 2049. Em 15 de fevereiro de 2019, foi iniciada a operação comercial da ViaSul.

1.1. Efeitos da pandemia do COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global, passando a ser considerado pandemia em anúncio feito pela OMS em 11 de março de 2020. A pandemia desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e estão gerando impactos relevantes na Companhia.

A ViaSul, controlada da Companhia, tem acompanhado diariamente a movimentação e, até 31 de dezembro de 2020, verificou-se nos períodos de 12 de março a 31 de dezembro de 2020 e 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, em comparação com os mesmos períodos do ano anterior, as seguintes variações na forma de veículos equivalentes:

Veículos Equivalentes					
12/março/2020 a 31/dezembro/2020			01/janeiro/2020 a 31/dezembro/2020		
vs			vs		
12/março/2019 a 31/dezembro/2019			01/janeiro/2019 a 31/dezembro/2019		
Passeio	Comercial	Total	Passeio	Comercial	Total
73,5%	253,7%	148,9%	108,7%	278,1%	178,0%

A Controladora (CCR S.A.) instalou comitê de crise, conforme divulgado no Fato Relevante de 18 de março de 2020, para avaliar o impacto da pandemia sobre seus negócios e sobre as pessoas, e vem tomando as medidas necessárias diante dos eventos que vão se sucedendo. Abaixo demonstramos as principais análises e suas respectivas conclusões para os principais possíveis impactos sobre essas demonstrações financeiras:

Avaliação de continuidade operacional

- Atualmente, revisamos e elaboramos mensalmente (semanalmente no início da quarentena e depois quinzenalmente) cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Em tais cenários, não se identificou, até o momento, problemas que impactariam a liquidez.
- O evento da pandemia tem causado elevada volatilidade nos mercados financeiros, inclusive no câmbio, onde foi possível constatar importante depreciação do Real frente ao Dólar norte-americano. A Companhia não possui exposição cambial importante.

RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia conta com suporte financeiro do acionista controlador final CCR S.A., para maiores detalhes vide nota explicativa nº 5b.

Na revisão dos fluxos de caixa foi considerada a medida, abaixo elencada, que foi adotada com o objetivo de preservação de caixa e aumento de liquidez, diante a situação de crise. É ela:

- Contenção de despesas e priorização de investimentos.

Avaliação de ativos não financeiros

Sob o ponto de vista regulatório nacional e internacional, a Companhia entende que o contrato de concessão de sua investida está resguardado por cláusulas de proteção contra eventos de força-maior e/ou casos fortuitos.

A Companhia obteve parecer de consultor jurídico independente, corroborando o entendimento dela com relação às proteções do contrato de concessão acima mencionado e sobre o evento da pandemia do COVID-19 ser classificado como evento de força-maior.

Ainda sob o ambiente regulatório, a Advocacia Geral da União (AGU), emitiu o parecer nº 261/2020, à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, onde conclui pelo direito dos concessionários a terem seus contratos de concessão reequilibrados pela decorrência dos impactos da referida pandemia.

Sendo assim, a Companhia avalia que o contrato de sua investida será reequilibrado pelos efeitos advindos da pandemia e tais reequilíbrios seriam suficientes para a recuperação dos ativos não monetários.

Avaliação de ativos financeiros

Não foram identificadas condições que justificassem a constituição de provisão para perdas ao valor recuperável nos ativos.

Diante de possíveis cenários de extensão do isolamento social e consequente alongamento de restrições de liquidez do mercado, a Companhia acredita que possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos.

Adicionalmente, tendo em vista uma potencial queda significativa de sua geração de resultado a Companhia, como já dito acima, vem realizando diferentes iniciativas, visando readequar sua estrutura de custos e de capital para o novo momento econômico que o Brasil e o mundo passam.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente no exercício apresentado nas demonstrações financeiras.

a) Investimentos

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em Controlada.

RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

b) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros ao VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco significativo de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

- Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

d) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, os quais são registrados através do resultado do exercício.

As despesas financeiras podem compreender as taxas, comissões e outras despesas financeiras, as quais são registradas através do resultado do exercício.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de passageiros, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

f) Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia revisou as normas descritas a seguir que entraram em vigor em 1º de janeiro 2020 e concluiu que não houve impacto nas demonstrações financeiras.

Definição de negócio – Alterações ao CPC 15

Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.

As alterações introduzem um teste de concentração opcional que permite uma avaliação simplificada sobre se um conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio. De acordo com o teste de concentração opcional, o conjunto adquirido de atividades e ativos não é um

RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

negócio se substancialmente a totalidade do valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrada em um único ativo identificável ou grupo de ativos similares.

Definição de Materialidade - Alterações ao CPC 26 (R1) e CPC 23

Altera a definição de “material” estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.

Reforma da taxa de juros de referência - Alterações ao CPC 48, CPC 08 e CPC 40

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de *hedge* decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40 e CPC 11 relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e contabilidade de *hedge*.

Arrendamentos – Alterações ao CPC 06 (R2):

Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando o CPC 06 como se fosse uma modificação de arrendamento.

Este expediente é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorrida como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

- a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança;
- b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021); e
- c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento.

g) *Novas normas ainda não efetivas*

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06);
- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 - alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06;
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26; e
- Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 31 de março de 2021, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do seguinte item reconhecido no balanço patrimonial: instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas na nota explicativa 13 - Instrumentos financeiros.

RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixas e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de taxas de juros e inflação; e
- b) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia aos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações das taxas de juros nas aplicações financeiras, que são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 6, 10 e 13.

b) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia

RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	77.559	65.209	53.145	52.170	546.439

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 12.352 substancialmente composto por debêntures a pagar, detalhado na nota explicativa nº 10. A Companhia conta com suporte financeiro da acionista controladora, CCR S.A..

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2020	2019
		(Não auditado)
Caixa e bancos	14	10
Fundos de investimentos e CDB	57	-
Total - Caixa e equivalentes de caixa	71	10
	2020	2019
Circulante		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	42.735	-
Total - Circulante	42.735	-
Não circulante		
Aplicações financeiras		
Conta reserva	12.371	-
Total - Não Circulante	12.371	-
Total - Aplicações financeiras	55.106	-

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,50% do CDI, equivalente a 2,75% a.a..

RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***7. Tributos a recuperar**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
		(Não auditado)
Circulante		
IRRF	7.127	-
Total circulante	<u>7.127</u>	<u>-</u>

8. Imposto de renda e contribuição social**a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - diferidos**

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
		(Não auditado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	100.020	-
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(34.007)	-
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Equivalência patrimonial	41.536	-
Juros sobre capital próprio	(11.611)	-
IR e CS não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (a)	<u>(55)</u>	<u>-</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(4.137)</u>	<u>-</u>
Impostos diferidos	<u>(4.137)</u>	<u>-</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>4,14%</u>	<u>0,00%</u>

(a) Diferenças temporárias não constituídas por falta de expectativa de realização.

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	<u>Saldo em 2020</u>		
	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Passivo fiscal diferido</u>
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(4.137)	(4.137)	-
Impostos passivos antes da compensação	(4.137)	(4.137)	-
Compensação de imposto	-	-	(4.137)
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	<u>(4.137)</u>	<u>(4.137)</u>	<u>(4.137)</u>

(a) Diferenças temporárias referente ao custo de transação incorrido na emissão de debêntures.

RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***9. Investimentos****a. Investimentos em controlada**

<u>Controlada</u>	<u>Atividade principal</u>	<u>Local de constituição e operação</u>	<u>Percentual de participação 2020 (a)</u>	<u>2019</u>
ViaSul	Concessão rodoviária	Brasil (RS)	100%	-

(a) Resultado de equivalência patrimonial a partir de maio de 2020.

b. Composição dos investimentos

	<u>Patrimônio líquido</u>		<u>Investimentos</u>		<u>Resultado líquido do exercício da investida</u>		<u>Resultado de equivalência patrimonial (a)</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
		<i>(Não auditado)</i>		<i>(Não auditado)</i>		<i>(Não auditado)</i>		<i>(Não auditado)</i>
ViaSul	1.207.218	1.209.797	1.207.218	-	163.575	61.051	122.166	-

(a) Resultado de equivalência patrimonial a partir de maio de 2020.

c. Movimentação dos investimentos

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Transferência de investimento</u>	<u>Resultado de equivalência patrimonial (a)</u>	<u>Dividendos e juros sobre o capital próprio</u>	<u>Saldo final</u>
	<u>2019</u>		<u>2020</u>		
	<i>(Não auditado)</i>				
ViaSul	-	1.232.935	122.166	(147.883)	1.207.218

(a) Resultado de equivalência patrimonial a partir de maio de 2020.

d. Informações financeiras resumidas da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. ("ViaSul")

	<u>2020</u>				<u>2019</u>			
	<u>Total do ativo</u>	<u>Total do passivo circulante e não circulante</u>	<u>Total das receitas brutas do exercício</u>	<u>Lucro líquido do exercício</u>	<u>Total do ativo</u>	<u>Total do passivo circulante e não circulante</u>	<u>Total das receitas brutas do exercício</u>	<u>Lucro líquido do exercício</u>
						<i>(Não auditado)</i>		
ViaSul	1.295.947	88.729	639.113	163.575	1.285.370	75.573	413.945	61.051

RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***10. Debêntures**

<u>Instituições financeiras</u>	<u>Taxas contratuais</u>	<u>Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)</u>	<u>Custo de transação incorrido</u>	<u>Saldos dos custos a apropriar em 2020</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
							(Não auditado)
1. 1ª Emissão - Série única	CDI + 150% a.a.	1,8059% (a)	14.017	12.167	Outubro de 2031	635.461	-
Total geral				<u>12.167</u>		<u>635.461</u>	-
Circulante							
Debêntures						59.628	-
Custos de transação						<u>(1.693)</u>	-
						<u>57.935</u>	-
Não Circulante							
Debêntures						588.000	-
Custos de transação						<u>(10.474)</u>	-
						<u>577.526</u>	-

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

Garantia:

- (b) Garantia real.

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas ao contrato de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

- Em 29 de junho de 2020, após a concordância dos debenturistas, ocorreu a cessão da 5ª emissão de debêntures da Companhia de Participações em Concessões (CPC) a qual era controladora da ViaSul e que após o processo de reestruturação societária, transferiu 100% da sua participação para Companhia, tornando-se a 1ª emissão de debêntures da Companhia, mantidas as condições originais contratadas.

As garantias foram adaptadas ao contexto da cessão das debêntures, sendo: (i) a cessão fiduciária de todo e qualquer direito creditório que venha a ser pago pela ViaSul à Companhia a título de bonificação de ações e/ou dividendo, juros sobre o capital próprio, ou qualquer outra forma de distribuição de resultados da ViaSul à Companhia em razão da participação detida pela Companhia na ViaSul; (ii) conta reserva, de titularidade da Companhia; (iii) conta dividendos, de titularidade da Companhia; (iv) alienação fiduciária da Companhia.

Cronograma de desembolso (não circulante)

	<u>2020</u>
2022	45.500
2023	35.000
2024	35.000
2025	35.000
2026 em diante	<u>437.500</u>
	<u>588.000</u>

RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 26 de novembro de 2019, ocorreu a constituição da Companhia com capital social, no montante de R\$ 10 mediante a emissão de 10.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 cada, totalmente subscritas e integralizadas.

Em 29 de junho de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 585.889, totalmente subscrito e integralizado, mediante a emissão de 585.888.993 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social da Companhia a ser de R\$ 585.899 com sua única acionista, a CCR.S.A..

b. Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Contudo a Lei permite deixar de constituir a reserva legal no exercício, em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício no montante de R\$ 32.697, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. A destinação dos lucros será determinada na próxima Assembleia Geral Ordinária.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 26 de outubro de 2020, foi aprovado através da Ata de Reunião do Conselho de Administração (ARCA) o pagamento de dividendos intermediários à totalidade dos lucros apurados entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2020 no montante de R\$ 43.357. O pagamento foi realizado em 19 de novembro de 2020.

A Administração da Companhia propõe a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 2.184, a serem aprovados na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2021.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2020, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	95.883
(-) Constituição de reserva legal	(4.794)
Lucro ajustado	<u>91.089</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro ajustado	<u>22.772</u>
Juros sobre capital próprio pagos	10.923
Dividendos pagos	<u>43.357</u>
Total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos	<u>54.280</u>

e. Juros sobre capital próprio

Em 18 de dezembro de 2020, foi aprovado em Ata de Reunião do Conselho de Administração (ARCA), o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 12.851, pagos em 22 de dezembro de 2020.

12. Resultado financeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
		(Não auditado)
Despesas Financeiras		
Juros sobre debêntures	(18.086)	-
Pis e Cofins sobre JCP	(4.347)	-
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(39)	-
	<u>(22.472)</u>	<u>-</u>
Receitas Financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	362	-
	<u>362</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(22.110)</u>	<u>-</u>

13. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a acionista CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem

RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2020		2019 (Não auditado)	
	Valor justo através do resultado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos				
Caixa e bancos	14	-	10	-
Aplicações financeiras	42.792	-	-	-
Aplicações financeiras - conta reserva	12.371	-	-	-
Passivos				
Debêntures (a)	-	(635.461)	-	-
	<u>55.177</u>	<u>(635.461)</u>	<u>10</u>	<u>-</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos e aplicações financeiras – conta reserva** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com a recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Debêntures** – Caso fosse adotado o critério de reconhecer esse passivo pelo seu valor justo (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2020		2019 (Não auditado)	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	647.628	429.418	-	-

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, a seguir.

RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Nível 2:		(Não auditado)
Aplicações financeiras	55.163	-

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre o contrato de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2021 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operação	Risco	Exposição em R\$ ^{(4) e (5)}	Efeito em R\$ no resultado		
			Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
1ª Emissão - Debêntures	CDI ⁽²⁾	647.628	(22.114)	(25.224)	(28.333)
Aplicação financeira (CDB) ⁽³⁾	CDI ⁽²⁾	55.163	910	1.138	1.366
Total do efeito de ganho ou (perda)			<u>(21.204)</u>	<u>(24.086)</u>	<u>(26.967)</u>
Efeito sobre as debêntures			(22.114)	(25.224)	(28.333)
Efeito sobre as aplicações financeiras			910	1.138	1.366
Total do efeito de ganho ou (perda)			<u>(21.204)</u>	<u>(24.086)</u>	<u>(26.967)</u>
A taxas de juros considerada foi ⁽¹⁾ :					
	CDI ⁽²⁾		1,90%	2,38%	2,85%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo. A mesma foi utilizada nos 12 meses do cálculo:

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2020, divulgada pela B3;
- (3) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixadas;
- (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2020, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (5) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

14. Demonstração dos fluxos de caixa

- a. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***b. Reconciliação das atividades de financiamento**

	Debêntures	Dividendos e JCP	Aplicações financeiras	Capital social	Total
Saldo Inicial	-	-	-	(10)	(10)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Pagamentos de principal e juros	69.230	-	-	-	69.230
Dividendos pagos	-	43.357	-	-	43.357
Juros sobre Capital Próprio pagos	-	12.851	-	-	12.851
Resgates / aplicações (conta reserva)	-	-	12.371	-	12.371
Integralização de capital	-	-	-	(39.559)	(39.559)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	69.230	56.208	12.371	(39.569)	98.240
Outras variações					
Cessão	(686.605)	-	-	-	(686.605)
Integralização de capital	-	-	-	(546.330)	(546.330)
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(18.086)	-	-	-	(18.086)
Outras variações que não afetam caixa	-	(56.208)	-	-	(56.208)
Total das outras variações	(704.691)	(56.208)	-	(546.330)	(1.307.229)
Saldo Final	(635.461)	-	12.371	(585.899)	(1.208.989)

c. Efeitos não caixa

Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Transferência de investimento	(1.232.935)	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(1.232.935)	-
Cessão Debêntures	686.605	-
Aumento de Capital	546.330	-
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	1.232.935	-

15. Evento subsequente

- Coronavírus**

Na Controlada ViaSul, verificou-se no período de 1º de janeiro a 25 de março de 2021, em comparação com o mesmo período do ano anterior, os seguintes efeitos na demanda:

Veiculos Equivalentes		
01/janeiro/2021 a 25/março/2021		
vs		
01/janeiro/2020 a 25/março/2020		
Passeio	Comercial	Total
1,4%	47,5%	21,2%

RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Josiane Carvalho de Almeida	Conselheiro
Érika Natsumi Matsumoto	Conselheiro

Composição da Diretoria

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor Presidente
Guilherme Motta Gomes	Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3